

BUSCA ATIVA ESCOLAR

NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Uma estratégia-chave para garantir o direito de bebês e crianças à escola

Objetivo e público

Esta “Síntese de recomendações para a política pública” fundamenta-se na avaliação realizada pelo UNICEF e a Undime acerca da efetividade da estratégia Busca Ativa Escolar em (re) matricular crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la. O documento aponta uma série evidências sobre como a estratégia contribui para o cumprimento das normativas nacionais em relação à garantia do acesso à educação e à redução das desigualdades sociais. O material ora apresentado tem como objetivo subsidiar gestores(as) e técnicos(as) federais, estaduais e municipais da educação, com recorte nas políticas de primeira infância, para a tomada de decisão visando a ampliação do acesso à Educação Infantil e destacando a Busca Ativa Escolar (BAE) como estratégia fundamental.

Resumo Executivo

Embora o Brasil tenha avançado na garantia do direito à educação, o acesso à Educação Infantil permanece como um dos principais desafios para a equidade educacional, especialmente no atendimento em creche (0 a 3 anos) e na universalização da pré-escola (4 e 5 anos). Milhares de bebês e crianças seguem fora da escola, sobretudo em territórios marcados por maiores vulnerabilidades sociais.

Nesse contexto, a Busca Ativa Escolar (BAE), estratégia desenvolvida pelo UNICEF e pela Undime, consolida-se como uma resposta estruturante para apoiar estados e municípios na identificação de crianças fora da escola, no planejamento da oferta, no fortalecimento da intersetorialidade e do regime de colaboração. Avaliação recente da BAE demonstra sua alta efetividade na garantia do direito à Educação Infantil. Recomenda-se, portanto, sua implantação como eixo permanente das políticas educacionais e intersetoriais voltadas à primeira infância.

Mensagens-chave

- O acesso equitativo à Educação Infantil é condição essencial para a garantia dos direitos de bebês e crianças e para a redução das desigualdades sociais desde a primeira infância.
- A Busca Ativa Escolar é uma estratégia comprovadamente eficaz para identificar bebês e crianças fora da creche e da pré-escola e apoiar sua matrícula e permanência.
- A implementação da BAE fortalece o planejamento educacional, a intersetorialidade e o regime de colaboração entre União, estados e municípios.
- Estados, municípios e o MEC desempenham papel estratégico na ampliação da Busca Ativa Escolar e seus impactos para a ampliação da Educação Infantil.

Contexto geral

Apesar dos avanços, a universalização e a equidade no direito à educação ainda representam desafios significativos no Brasil, especialmente na primeira infância. Segundo dados recentes, 16% dos municípios apresentam menos de 90% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Educação Infantil, e 81% dos municípios oferecem menos de 60% das vagas necessárias para crianças de 0 a 3 anos (Iede, 2026)¹.

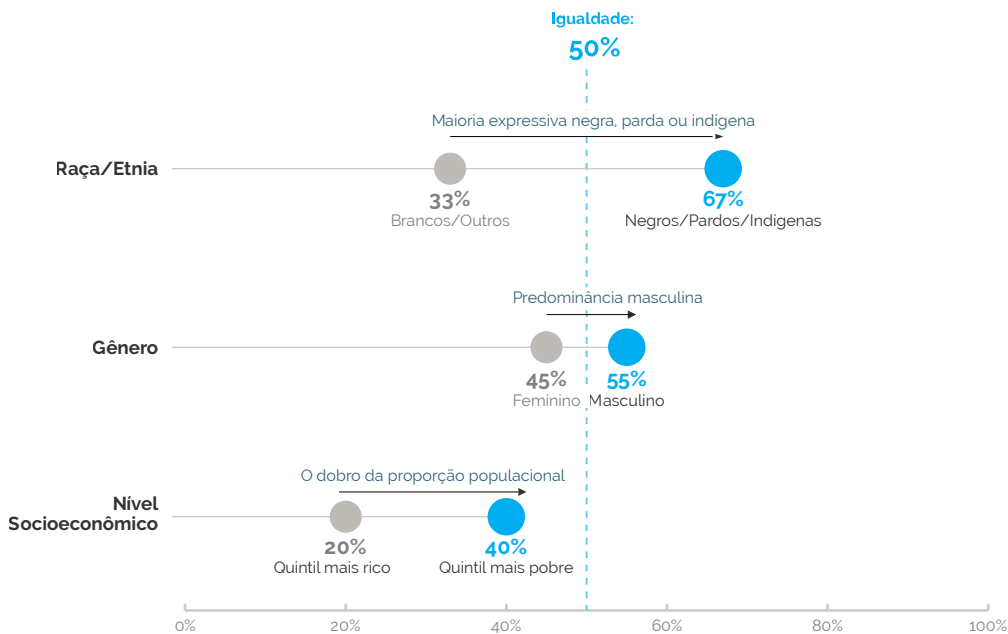
Embora tenha havido crescimento no número de matrículas da Educação Infantil entre 2014 e 2024, o ritmo de expansão ainda é insuficiente para o cumprimento das metas nacionais (MEC, 2025)². No antigo Plano Nacional de Educação (2004–2024), a meta de atendimento em creche era de 50%; no novo PNE (2026–2036)³, essa meta foi ampliada para 60%, elevando ainda mais o desafio para estados e municípios.

A maioria das crianças e adolescentes fora da escola é negra, parda ou indígena (67%), do sexo masculino (55%) e vive em famílias de alta vulnerabilidade socioeconômica - 40% são do quintil mais pobre do país. Esse perfil evidencia que a exclusão escolar tem rosto e endereço. Ela contribui e reforça as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira (dados da PNAD Contínua 2024, organizados pelo UNICEF).

Tanto o Plano Nacional de Educação quanto a Política Nacional Integrada da Primeira Infância⁴ enfatizam a necessidade da adoção de estratégias de busca ativa, realizadas de forma inter-setorial, como instrumento fundamental para apoiar na criação e na organização da lista de espera, em especial para a creche, nos critérios de priorização, bem como para avançar na garantia do direito à Educação Infantil.

O Perfil da Exclusão Escolar

Disparidades de quem está fora da escola no Brasil (UNICEF, 2025)



META DO PNE AMPLIADA

60%

(2026–2036):

81%

dos municípios brasileiros ofertam menos de 60% das vagas necessárias para crianças de 0 a 3 anos (Creche).

16%

dos municípios brasileiros apresentam menos de 90% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Pré-Escola.

- 1 Estimativa a partir de indicador oficial de atendimento escolar em nível municipal para a Educação Infantil, desenvolvido pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com as fundações Bracell, Itaú, VélezReyes+ e Van Leer e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Acesso em: portaliede.org.br
- 2 Retratos da Educação Infantil no Brasil – Relatório de Análises, MEC, 2025. Acesso em: www.gov.br/mec/pt-br/pnei/retratoedInfantil2025.pdf
- 3 Plano Nacional de Educação. Acesso em: www.gov.br/mec/pt-br/pne
- 4 Política pública instituída pelo Governo Federal que articula ações de diferentes áreas para promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a 6 anos, com foco na equidade e na garantia de direitos. Acesso em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.574-de-5-de-agosto-de-2025-646726880

Busca Ativa Escolar e avanços na Educação Infantil

A Busca Ativa Escolar⁵, desenvolvida por UNICEF e Undime⁶, em parceria com Congemas⁷ e Conasems⁸, é uma estratégia nacional para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes em risco ou excluídos do sistema educacional. A estratégia combina metodologia social e plataforma tecnológica, fomentando o trabalho intersetorial e o regime de colaboração. Atualmente, apoia mais de 2.800 municípios e 21 estados, tendo contribuído para a (re)matrícula de mais de 315 mil crianças e adolescentes ao longo de nove anos de implementação⁹.

Avaliação realizada em 2025¹⁰ demonstrou que a BAE tem apoiado para a diminuição da lacuna de atendimento na Educação Infantil: se antes da adesão 31,4% dos municípios contavam com políticas e programas voltados ao enfrentamento da exclusão escolar e, destes, somente 25,9% contemplavam crianças de 0 a 3 anos (creche), após a adesão esse percentual saltou para 69,2%, na mesma faixa etária.

Embora o número de casos registrados de bebês e crianças na plataforma da BAE ainda seja baixo, a

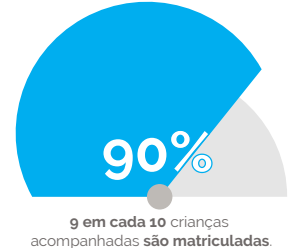
taxa de conversão em matrícula é elevada: cerca de 90% dos casos de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pela BAE resultam em matrícula efetiva. Outro ponto destacado pela avaliação é que 70% dos municípios afirmam incluir ações voltadas à Educação Infantil nos planejamentos das prefeituras e secretarias de educação para a ampliação do acesso e a garantia da permanência na escola.

Ressalta-se ainda a contribuição da BAE para a diminuição das desigualdades, na medida em que tem apoiado os municípios na identificação do perfil do público mais excluído da escola e historicamente vulnerabilizado: meninos (54,8% dos casos atendidos) e negros (80,4% dos casos registrados).

Esses dados evidenciam o alto potencial da estratégia para a garantia do direito à Educação Infantil. Essa etapa é fundamental para o desenvolvimento integral, valorizando as interações, a brincadeira e as experiências cotidianas das crianças. Garantir o acesso à Educação Infantil é condição central para a promoção da cidadania e para a redução das desigualdades ao longo da trajetória educacional.

Eficiência na matrícula

Crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pela BAE:



⁵ Busca Ativa Escolar. Acesso em: buscaativaescolar.org.br

⁶ Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

⁷ Congemas - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

⁸ Conasems - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

⁹ Dados da plataforma tecnológica da BAE em 1/5/2026.

¹⁰ A avaliação analisou a efetividade da Busca Ativa Escolar no enfrentamento do abandono e da exclusão escolar no Brasil. O trabalho foi realizado entre outubro de 2024 e junho de 2025 pela empresa de pesquisa H&P e combinou levantamentos documentais da estratégia e a avaliação de percepção dos atores envolvidos na Busca Ativa Escolar nos estados e nos municípios das cinco regiões do país. Na parte quantitativa foram respondidos 2.489 questionários e na parte qualitativa foram realizadas 159 entrevistas, ambas por diversos atores participantes da BAE.

Recomendações prioritárias para o cumprimento das políticas educacionais

1. Fortalecer a Busca Ativa Escolar como estratégia permanente das políticas de Educação Infantil, com pactuação política, definição de fluxos, responsabilidades e integração intersetorial (MEC, estados e municípios).
2. Assegurar o regime de colaboração, com os estados atuando como articuladores e apoiadores técnicos e financeiros dos municípios, priorizando a Educação Infantil em planos e orçamentos estaduais.
3. Ampliar a integração da Busca Ativa Escolar às políticas de educação, saúde, assistência social e proteção, incluindo o uso sistemático de bases de dados para identificação de bebês e crianças fora da escola.
4. Apoiar os municípios no planejamento da oferta de creche e pré-escola, utilizando evidências da Busca Ativa Escolar para organização da demanda manifesta e ampliação sustentável de vagas.
5. Garantir formação continuada das equipes municipais da Busca Ativa Escolar, com foco em primeira infância, intersetorialidade e gestão orientada por dados.

Considerações finais – Fora da pré-escola não pode!

No atual contexto de elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMIs), de implementação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância e das ações do Sistema Nacional de Educação, a Busca Ativa Escolar se apresenta como estratégia estruturante para o cumprimento das normativas e para a garantia do direito à Educação Infantil.

Priorizar bebês e crianças é uma decisão estratégica para o desenvolvimento do país. O tempo das crianças é agora. Investir no presente é condição fundamental para a construção de um futuro mais justo, equitativo e protetivo para todas as meninas e meninos.

A Educação tem importância vital nesse processo. A matrícula é a porta de acesso ao sistema educacional e precisa ser ressignificada como ato garantidor de direitos e não tarefa burocrática. Acessar a escola é condição primária para a permanência e a aprendizagem com qualidade e equidade para todas as crianças e adolescentes. Esse é o compromisso da Busca Ativa Escolar.

Conheça a avaliação da Busca Ativa Escolar



A [avaliação consolidada da Busca Ativa Escolar](#) analisa sua efetividade para a garantia do direito à educação de meninas e meninos, bem como para compreender como a estratégia tem sido incorporada por entes federativos e parceiros em diferentes realidades territoriais, políticas e sociais.

A publicação [Busca Ativa Escolar na Educação Infantil](#) divulga os dados da avaliação sobre a efetividade da estratégia nessa etapa de ensino e elenca recomendações de como estados e municípios podem ampliar a oferta de vagas na creche e na pré-escola.

Intenção e foco – guia orienta como priorizar creche e pré-escola

Como resultado das recomendações da avaliação da Busca Ativa Escolar, UNICEF e Undime, em parceria estratégica com o MEC e a PNPI, lançaram a publicação [Busca Ativa Escolar – guia para efetivar direitos de bebês e crianças](#). O material orienta os municípios sobre como priorizar o atendimento de crianças no acesso à escola, com um passo a

passo a partir da BAE. Além disso, o guia aborda as principais normativas que preconizam o direito à Educação Infantil e sobre como acessar o Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil (EI Manutenção), uma alternativa concreta para municípios que precisam criar vagas, mas não dispõem de recursos financeiros imediatos.



Para mais informações
acesse:

**BUSCA ATIVA
ESCOLAR**



Expediente

Coordenação técnica:
UNICEF e Undime.
Brasília, maio de 2026

APOIO

FUNDAÇÃO
BRACELL

PARCEIROS ESTRATÉGICOS



INICIATIVA



unicef 
para cada criança